



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Em Junho de 2007, apresentei uma interpelação oral sobre o impacto das drásticas transformações registadas no meio ambiente na qualidade de vida dos residentes, devido à já longa falta dum plano urbanístico. Afirmaram os representantes do Governo na sua resposta que a Administração estava a realizar os devidos estudos, no sentido de elaborar o Plano Director Urbanístico e de resolver, depois de ouvido o Instituto Cultural, o problema do efeito das super altas construções na paisagem da Colina da Guia e da Colina da Penha.

Decorreu já meio ano e tudo se encontra na mesma, ou seja, o Plano Director Urbanístico continua ainda em estudo e o estorvo das futuras construções para a paisagem das duas colinas também continua por resolver. É precisamente devido à falta de um plano urbanístico que os residentes temem que a paisagem sobre as duas colinas acabe, um dia, por desaparecer. Além disso, como a Administração não está determinada a defender o nível de qualidade de vida dos residentes, os problemas decorrentes da falta de um planeamento urbanístico não param de crescer. Com o pretexto de aumentar o número de parques de estacionamento, a Administração autoriza a construção de edifícios super altos nas mais diversas zonas, o que tem também gerado muitos protestos. Os recintos criados e geridos pela Administração têm também sido alvo de protestos por parte dos residentes, nomeadamente quando instalados próximos de habitações, por não terem tido em conta a sua



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

harmonização com as transformações sofridas no modo de vida.

A Administração tem sempre revelado alguma relutância em regulamentar o planeamento urbanístico, mas quanto ao transporte de passageiros, tem vindo a apregoar nas LAG destes últimos anos a política de “prioridade de circulação para os transportes públicos”, sem no entanto adoptar medidas para controlar o crescimento do número de viaturas particulares nem reservar terrenos para instalações de trânsito, com vista a satisfazer as necessidades decorrentes do crescimento do número de viaturas. Pois em vez disso os terrenos são, um atrás dos outros, utilizados para a construção de hotéis e de habitações de luxo, por isso, nestes últimos anos, a Administração tem preferido autorizar a construção de edifícios super altos em troca de mais parques de estacionamento, só que o seu número é tão limitado que em nada contribui para resolver o problema. Além disso, as referidas construções não só afectam a paisagem do património histórico-cultural como ainda o nível de qualidade de vida dos residentes, devido ao facto de não ter sido tida em consideração, na sua construção, a questão da harmonização com o ambiente envolvente.

Os bancos instalados na Praça de Tap Seac junto à Rua de Filipe O’Costa não são utilizados durante o dia, só à noite é que ali se juntam vários grupos de pessoas, que por lá permanecem até altas horas da madrugada. A algazarra é tal que os moradores não têm parado de apresentar queixas. Verifica-se precisamente a mesma situação no Largo do Aquino.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, a propósito da hipótese de o Governo da RAEM adoptar medidas decisivas para mostrar a sua determinação em salvaguardar a qualidade do ambiente habitacional dos residentes, gostaria de interpelar a Administração sobre o seguinte:

1. No intuito de salvaguardar a paisagem do património na zona da Guia e a sua função de pulmão da cidade de Macau, qual foi a decisão do Governo da RAEM em relação ao limite de altura das novas construções na zona da Guia? Quanto aos edifícios de luxo de grande altura, a construir na Baía da Praia Grande e cuja altura corresponde a duas colinas da Penha, como se vai conservar a linha de contorno da Penha bem como a paisagem da Ermida de Nossa Senhora da Penha? Como se vão resolver estas duas questões, depois do respectivo estudo por parte dos serviços responsáveis pelas obras públicas e pela cultura?
2. O Governo da RAEM não pode mobilizar de imediato os recursos de terrenos que tem em mão e remodelar os edifícios propriedade do Governo que se encontram desocupados e dispersos por várias zonas da cidade, por exemplo, o antigo edifício da Direcção dos Serviços para Assuntos Laborais sito na zona da Rotunda de Carlos da Maia, o antigo edifício da Imprensa Oficial sito na Rua da Imprensa Nacional, as oficinas de reparação do Instituto para Assuntos Cívicos e Municipais sitas na Estrada do Cemitério, a propriedade dos Correios sita entre a Rua da Sé e



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a Travessa do Roquete, etc., para construir silos públicos para veículos ligeiros e motocicletas, encurtando a diferença entre o número de lugares de estacionamento e o número de veículos existentes, através da mobilização dos recursos de que dispõe? Isso seria uma forma de demonstrar a sua determinação em assegurar as condições necessárias para a justa execução da lei, bem como para evitar o abuso da autorização de construção de edifícios super altos o que, de facto, é o mesmo que beber veneno para matar a sede.

3. Para resolver a questão do ruído a altas horas da noite, sobretudo nas zonas de lazer situadas nas praças contíguas a habitações, não pode o Governo da RAEM responder à vontade dos cidadãos através da mobilização de equipamentos ou da aplicação de meios de gestão regulares?

30 de Janeiro de 2008.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Ng Kuok Cheong